

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NA
REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP): O CASO DA
COMERCIALIZAÇÃO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS E
SOLIDÁRIAS “RAÍZES DO PONTAL”¹**

**ESTRATEGIAS DE REPRODUCCIÓN DEL CAMPESINADO EN
LA REGIÓN DEL PONTAL DEL PARANAPANEMA (SP): EL
CASO DE LA COMERCIALIZACIÓN DE LAS CESTAS
AGROECOLOGICAS Y SOLIDARIAS "RAÍCES DEL PUNTO"**

**PEASANTRY REPRODUCTION STRATEGIES IN THE
PARANAPANEMA REGION (SP): THE CASE OF THE
COMMERCIALIZATION OF AGROECOLOGICAL AND
SOLIDARY BASKETS "RAÍZES DO PONTAL"**

Diógenes Rabello
diogenesrabello@yahoo.com

Lucas Souza Silva
lucas.campesino@hotmail.com

Gustavo Caique Pereira Negrão
negrao_gustavo@outlook.com

RESUMO: Este texto tem como objetivo discutir as formas de reprodução do campesinato no Pontal do Paranapanema, localizado no extremo Oeste do estado de São Paulo, e a agroecologia a partir do desenvolvimento do projeto de extensão Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”. O projeto surge como uma proposta de alternativa para a geração de renda das famílias camponesas da Associação Regional para a Cooperação Agrícola (ARCA), do Assentamento Gleba XV de Novembro, no município de Euclides da Cunha Paulista, a partir do enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este projeto tem sido desenvolvido a partir de parceria entre o Setor de Produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

Palavras-Chave: Cestas agroecológicas; campesinato; agroecologia; políticas públicas.

¹ Projeto Temático FAPESP (Processo 2012/23959-9). Texto escrito com colaboração de pesquisadoras e pesquisadores do Coletivo CETAS de Pesquisadores, CEGeT e NERA, grupos de pesquisa vinculados ao Departamento de Geografia da UNESP/FCT. Projeto Criação do Núcleo de Estudos em Agroecologia do Pontal do Paranapanema – NEAPO (CHAMADA MCTIC/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPQ Nº 21/2016). *Contato:* cestas.raizesdopontal@hotmail.com

RESUMEN: Este texto tiene como objetivo discutir las formas de reproducción del campesinado en el Pontal do Paranapanema, ubicada en el extremo Oeste del estado de São Paulo, y la agroecología a partir del desarrollo del proyecto *Cestas Agroecológicas e Solidárias "Raízes do Pontal"*. El proyecto surge como una propuesta de alternativa para la generación de renta para las familias campesinas de la *Associação Regional para a Cooperação Agrícola* (ARCA), del asentamiento Gleba XV de Novembro, no município de Euclides da Cunha Paulista, a partir del deterioro del *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA). Este proyecto ha sido desarrollado a partir de una asociación entre el Sector de Producción del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) y el Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

Palabras clave: Canasta agroecológica; agroecologia; campesinado; políticas públicas.

ABSTRACT: This text aims to discuss the reproduction of the peasantry in Pontal do Paranapanema, located in the extreme west of the state of São Paulo, and agroecology based on the development of the *Cestas Agroecológicas e Solidárias "Raízes do Pontal"*. The project appears as an alternative proposal for the income generation of the peasant families of the Regional Association for Agricultural Cooperation (ARCA), of the Settlement *Gleba XV de Novembro*, in the municipality of Euclides da Cunha Paulista, since the weakening of the *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA). This project has been developed through a partnership between the Production Sector of the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) and the *Centro de Estudos de Geografia do Trabalho* (CEGeT).

Keywords: Agroecological food baskets; peasantry; agroecology; public policy.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado das reflexões que temos realizado no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (Coletivo CETAS de Pesquisadores), através do desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Tem como objetivo apresentar o contexto das formas de reprodução do campesinato no Pontal do Paranapanema, região localizada no extremo Oeste do estado de São Paulo, nos assentamentos oriundos da luta pela reforma agrária, tendo em vista as dificuldades para a comercialização dos alimentos produzidos pelas famílias camponesas frente ao esfacelamento de políticas públicas para o campo, trazendo para a discussão o caso específico do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Gleba XV de Novembro, localizado nos municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana (SP).

Este texto está dividido em três partes. Na primeira, o objetivo é discutir a reprodução do campesinato no Pontal do Paranapanema a partir da participação no PAA, e os enfrentamentos para a comercialização de alimentos produzidos pelas famílias camponesas. Na segunda parte apresentamos uma proposta de intervenção junto com uma associação de famílias assentadas, através da comercialização de Cestas Agroecológicas,

como alternativa às dificuldades de escoamento da produção de alimentos, geração de renda e difusão da agroecologia. Finalizamos com uma terceira parte dedicada a discussão sobre o fortalecimento das questões relacionadas à agroecologia a partir do desenvolvimento deste projeto.

Diante dos recentes ataques efetuados pelas políticas de cunho neoliberal, que por consequência tem apresentado como resultado o desmonte do Estado brasileiro e das limitadas conquistas sociais alcançadas nos últimos anos, evidencia-se um abandono das políticas públicas para a agricultura de base camponesa ou familiar. Nesse contexto promoveu-se com mais facilidade a entrada do capital privado nos assentamentos, oferecendo pacotes agrícolas, envolvendo o uso de diversos agrotóxicos, assim como a alteração na rotina de trabalho e a intensificação da mão-de-obra.

Torna-se importante identificar, então, alternativas de comercialização da produção de alimentos protagonizada por estas famílias. É neste sentido que nasce o projeto “Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal”, uma proposta de comercialização de cestas agroecológicas com alimentos produzidos por 15 famílias do assentamento Gleba XV de Novembro organizados na Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA), municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana (SP). Pensando nisso, criou-se uma parceria entre o grupo de pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), especificamente o Setor de Produção que atua no Pontal do Paranapanema, e a ARCA; que iriam pensar na estruturação do projeto e criar metodologias para pensar a intervenção junto às famílias assentadas, para incentivar a produção de alimentos agroecológicos e à comunidade acadêmica para estimular o consumo destes alimentos.

Para chegar à materialização desta parceria e realização de projeto, utilizamos de recursos da metodologia qualitativa na busca de informações a respeito da dinâmica do trabalho e formas de organização das famílias camponesas para a produção de alimentos, bem como reuniões coletivas junto à associação para discutir planejamento e estratégias. As Cestas são comercializadas na UNESP/FCT, sendo o público consumidor a comunidade acadêmica (docentes, alunos e servidores) e comunidade local (moradores da cidade de Presidente Prudente).

Podemos afirmar que este projeto tem resultado em um avanço significativo para o debate sobre a extensão universitária, uma vez que, recobre o sentido da práxis na ação política para a construção e socialização de conhecimentos construídos coletivamente junto

com os sujeitos sociais. Isso dá, sobretudo, porque se trata de um projeto que surge e caminha pelo compromisso político em produzir conhecimento para a emancipação da classe trabalhadora, pois não conta com apoio institucional despendido pela Universidade e não se enquadra nas diretrizes de financiamento dos órgãos de fomento à pesquisa.

Soma-se a isso, o avanço para a difusão da agroecologia enquanto proposta de desenvolvimento para o campo desde a perspectiva da reprodução socioterritorial das famílias camponesas. Por um lado, as famílias passaram a se envolver efetivamente em novas formas de organização da agricultura, ressignificando os espaços produtivos dos lotes para a diversificação da produção. Por outro, a comunidade acadêmica pode adentrar nesse processo de construção dos conhecimentos sobre a agroecologia, já que passam a adotar para si a consciência da trajetória do alimento e elementos que estão por trás desta discussão como a reforma agrária, Soberania Alimentar e políticas públicas.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO ASSENTAMENTO GLEBA XV DE NOVOEMBRO.

O processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema demonstra dois argumentos para a atuação dos movimentos sociais do campo. A primeira é reforçar a tese de que a estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras é arcaica, e, portanto, não contempla a função social estabelecida para a terra baseada na necessidade de milhares de famílias se reproduzirem através do trabalho de base familiar. Juntamente com isso, a luta, para além do acesso a terra, demonstra as potencialidades que as famílias têm para produzir alimentos em quantidade e qualidade para a sociedade.

Neste sentido, é possível afirmar que o processo de luta pela terra é complementado pela luta pela permanência na terra, e isso justifica o empenho dos movimentos sociais do campo na busca pela diversificação de formas de reprodução na terra e garantia de renda e trabalho para as famílias camponesas. Assim, um dos desdobramentos desta necessidade de criar mecanismos para as famílias permanecerem na terra foi a conquista do Programa de Aquisição de Alimentos, em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, a partir de demandas e luta dos movimentos sociais (LEAL, 2017).

Entre as políticas públicas de compras de alimentos existentes, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se destaca por ser um dos mais importantes programas de incentivo e fortalecimento da agricultura camponesa; pois apresentou-se como uma novidade para a comercialização da produção de alimentos.

O PAA foi instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O Programa tem como principal objetivo estimular a agricultura camponesa por meio da compra de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações pobres, trabalhadores desempregados e em risco nutricional (LEAL, 2017). Sendo que os principais beneficiários, além das famílias camponesas, as famílias socioeconomicamente vulneráveis que vivem nos centros urbanos.

O Programa funciona por meio de aquisição de alimentos produzidos pelas famílias camponesas, comprados via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e com mediação das associações ou cooperativas camponesas. Os alimentos adquiridos são destinados para centros de distribuição e instituições de apoio social. No caso das famílias socioeconomicamente vulneráveis o responsável pela recepção e distribuição dos alimentos são as secretarias de assistência social que organiza estas famílias através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Também são distribuídos alimentos para instituições de assistência social, como igrejas, asilos, creches e outros.

Cada família vinculada à associação ou à cooperativa possui um limite de anual de R\$20.000,00 para vendas nos Programas Institucionais, entretanto, conforme pudemos verificar empiricamente e através das entrevistas realizadas, e reforçadas por Leal (2017), este valor ainda é irrisório e não contempla o valor da produção das famílias camponesas, já que estas famílias conseguem atingir esse valor nos primeiros cinco ou seis meses de participação no Programa.

O que temos percebido de rebatimentos do PAA para o campo está relacionado com a possibilidade de fortalecimento da produção de alimentos protagonizada pelas famílias camponesas, isso, pois, permitido pela criação de um mecanismo de comercialização destes alimentos, que até então era uma das grandes dificuldades das famílias. Embora as famílias tenham se empenhado historicamente na produção de alimentos, o PAA surge enquanto uma forma de visibilizar esta produção, demonstrando a capacidade de produzir alimentos por meio do trabalho de base familiar; reforçando a viabilidade da Reforma Agrária, dedicando terras de trabalho para sujeitos que dela necessitam para reprodução.

Leal (2017) aponta, ainda, que o Programa ao suprir a demanda de comercialização de alimentos dos camponeses, por um lado, e carência alimentos das famílias pobres dos centros urbanos, do outro, possibilita, em tese, uma nova sociabilidade de classe, ao aproximar os sujeitos trabalhadores do campo aos sujeitos trabalhadores das cidades.

Porém, um dos problemas estruturais do PAA é o fato dele não ser uma política pública efetiva, mas sim um Programa de Governo, desta forma, sempre pairou o sentido de insegurança quanto à sua continuidade, e a luta dos movimentos sociais do campo sempre foi no sentido de demandar a efetivação do Programa enquanto uma Política de Estado.

Na conjuntura que se encontra o país, considerando que o PAA, enquanto uma Política de Governo submissa as negociações e travagens em meio a arena de posicionamentos políticos inconsistentes na nossa frágil e manipulada democracia, já vinha apresentando fragilidades e nesse momento, posteriormente ao Golpe de Estado, que derrubou a Presidente Dilma Rousseff, mesmo não “anunciando” oficialmente, mas já evidenciando o seu fim, o desafio está posto! (LEAL, 2017, p. 97)

Ainda, de acordo com o autor, 2.152 famílias assentadas do Pontal participaram do PAA no ano de 2012, enquanto que no ano seguinte houve uma queda para 1.227 famílias, mesmo ano que houve corte no repasse de recursos para o Programa, com 1.794 e 669 famílias participando em 2014 e 2015, respectivamente.

Esta última queda em 2015 se intensificou no ano seguinte, seja na participação das famílias assentadas, ou nos recursos destinados ao PAA, e nas demais políticas públicas para o campo, principalmente com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário no (des)governo de Michel Temer.

Para as associações e cooperativas que ainda permanecem no PAA, aquelas que têm acessado os últimos resquícios do Programa, há que se considerar uma série de critérios para disputar os recursos. Dentre as estratégias que têm sido adotadas para garantir aprovação dos projetos, destacam-se: elaborar projetos pequenos (com máximo de oito famílias) e elaborar projetos com participação majoritária de mulheres e jovens.

Isso pode reverberar em um processo de fragilização da organização social dentro dos assentamentos rurais já que, nos anos onde o Programa esteve mais abrangente as associações experimentaram um processo de mobilização e abrangência maior, podendo vincular mais famílias, surgindo novas associações e aproveitando o fato para criar um espaço de sociabilização entre as famílias dentro dos assentamentos. A partir do enfraquecimento do PAA, as associações e cooperativas começam reter a participação destas famílias, reduzindo drasticamente seu quadro de associados.

A diminuição de recursos para a agricultura familiar não advém da crise da máquina pública, na verdade representa um projeto de sociedade refém do agrohidronegócio, este que não prioriza o desenvolvimento social e combate à fome, como previa o PAA. Ainda que haja críticas, há/havia um potencial nesta política, haja visto as experiências de organização que foram estimuladas por meio dela, protagonizado principalmente por jovens e mulheres

assentados, ou seja, promovendo a inserção de sujeitos historicamente negados no que diz respeito ao trabalho no campo, mas que sempre estiveram lá.

O SURGIMENTO DO PROJETO CESTAS AGROECOLÓGICAS E SOLIDÁRIAS “RAÍZES DO PONTAL”.

Neste sentido, surge a necessidade de buscar alternativas para a comercialização nos assentamentos a partir da retração do PAA. Os alimentos que vinham sendo produzidos não teriam, naquele momento, outra forma de serem comercializados.

Outro reflexo do enfraquecimento do PAA é na organização social e política nos assentamentos rurais. No caso da ARCA, que organiza as famílias do Assentamento Gleba XV de Novembro, o trabalho com o PAA vinha sendo um dos motes de atuação, já que o trabalho logístico e burocrático ocupava boa parte do tempo da entidade. Foi através do PAA, que a ARCA articulou famílias camponesas para entrega de alimentos à famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim sendo, buscar novas formas de comercializar os alimentos iria causar efeitos não somente para a continuidade da reprodução das famílias, mas também para a manutenção da organização através da associação.

A partir desta necessidade de criar novos mecanismos para a manutenção da geração de renda e organização social das famílias camponesas, o MST começa a pensar estratégias que dialoguem com a realidade e emergência pensadas desde o contexto do Pontal do Paranapanema. Assim, surgem iniciativas de mobilização entre o movimento, as Universidades e outros parceiros para este fim. Várias iniciativas são idealizadas, entre elas a Base de Serviços do Assentamento Haroldina (Pé de Galinha). Este projeto surgiu com o intuito de criar em entreposto padronização, classificação, pré-processamento de produtos hortifrutigranjeiros oriundos de assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema. A partir disso, pensar propostas de escoamento desta produção, com inicial de comercialização de Cestas Agroecológicas.

Conforme o NEDET (2017), o projeto² era financiado com recursos federais e municipais (Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema e Ministério do Desenvolvimento Agrário), mediatizados pela assessoria e assistência técnica no NEDET (Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – Pontal do Paranapanema). Foi construída a estrutura física contendo um barracão e área administrativa

²O projeto foi uma parceria entre MST, NEDET (Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial), NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Reforma Agrária) e Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema (SP).

(2011), a qual foi complementado com equipamentos (2015) e oficinas de capacitação para gestão (2016). Com o fim do CODETER Pontal do Paranapanema (Colegiado de Desenvolvimento Territorial), vinculado ao programa Territórios da Cidadania³, as atividades da Base de Serviços ficaram suspensas, pois houve dificuldades para retomar as estratégias de ações efetivas. Uma das ideias para a efetivação destas ações era o trabalho com a comercialização de Cestas Agroecológicas.

Munidos destes acúmulos com a experiência da Base de Serviços, e outras experiências advindas de pesquisas desenvolvidas no âmbito de outros grupos de pesquisa vinculados à UNESP/FCT, surge o projeto Cestas Agroecológicas e Solidárias “Raízes do Pontal”, numa parceria entre o CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e o Setor de Produção do MST, juntamente com a ARCA.

A idealização do projeto surgiu durante um trabalho de campo realizado pelo grupo de pesquisa, no Assentamento Gleba XV de Novembro. Durante o trabalho de campo o foco dos pesquisadores era conhecer através de pesquisa qualitativa e com aplicação de entrevistas semiestruturadas as formas de reprodução das famílias camponesas, a participação e desdobramentos do PAA, as estratégias para produção agroecológica e os processos de assalariamento nas empresas de cana-de-açúcar. No apuramento da pesquisa os problemas relacionados ao enfraquecimento do PAA saltaram aos nossos olhos e chamaram a atenção da equipe para as estratégias de comercialização da produção.

Assim, propomos à ARCA a organização das Cestas Agroecológicas e Solidárias, como forma de viabilizar a comercialização direta dos alimentos produzidos pelos trabalhadores assentados. O primeiro passo para a concretização do Projeto foi uma reunião com a Associação na qual discutimos a proposta do projeto e um cronograma de trabalho. Em seguida realizamos trabalhos de campo com foco no levantamento de informações sobre produção de alimentos para construção de calendários agrícola destas famílias, indicando período de plantio, colheita, quantidade de alimentos produzidos e outras informações (Quadros 1 e 2).

Depois de discutir os resultados deste levantamento inicial juntamente com a associação os resultados colhidos em campo, pudemos analisar que as famílias possuíam capacidade para produzir alimentos em grande diversidade, agroecológicos, e durante todo o ano, o que nos animou para prosseguir com a ideia do projeto.

³Territórios da Cidadania é uma iniciativa do Governo Federal, em parceria com os Estados e municípios para promover desenvolvimento regional. Segundo o MDA (2008, p. 2), “Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações”.

O próximo passo foi realizar uma pesquisa para o levantamento de consumidores que tivessem interesse em participar do projeto na condição de parceiro consumidor. Nosso foco foi a comunidade acadêmica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, pois é o local onde a equipe de estudantes e pesquisadores trabalham, e, portanto, possuem maior contato e maior facilidade para a operacionalização do projeto. Assim, foram consultados docentes, servidores e estudantes sobre o interesse em adquirir as cestas agroecológicas, também foi feito contato com parceiros de outros espaços, como sindicatos e partidos. No primeiro momento foi estabelecido o número de 20 parceiros consumidores, já que o projeto iniciaria em uma fase de testes para confirmar a logística e operacionalização. Depois das primeiras entregas o número de parceiros foi aumentando, já o que ato da entrega é sempre realizado em um espaço de visibilidade na UNESP/FCT, justamente com o interesse de chamar a atenção da comunidade acadêmica.

Quadro 1. Pesquisa sobre alimentos produzidos pelas famílias do Assentamento Gleba XV de Novembro.

	PRODUTOS	MERCADO	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	MÃO-DE-OBRA
1	Alface	PAA	Agroecológica	Família
2	Chicória	PAA	Agroecologia	Família
3	Almeirão	PAA	Agroecologia	Família
4	Cheiro Verde	PAA	Agroecologia	Família
5	Cebola	PAA	Agroecologia	Família
6	Alho	PAA	Agroecologia	Família
7	Couve	PAA	Agroecologia	Família
8	Chuchu	PAA	Agroecologia	Família
9	Abacate	PAA	Agroecologia	Família
10	Jabuticaba	PAA	Agroecologia	Família
11	Maracujá	PAA	Agroecologia	Família
12	Tomate Cereja	PAA	Agroecologia	Família
13	Jiló	PAA	Agroecologia	Família
14	Abóbora	PAA	Agroecologia	Família
15	Carambola	PAA	Agroecologia	Família
16	Leite	Laticínio	Convencional	Família

Fonte dos dados: Pesquisa de campo (nov/2016).

Organização: autores (2018).

Quadro 2. Construção do calendário agrícola das famílias do Assentamento Gleba XV de Novembro.

Produtos	Área de cultivo ou peso da produção	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Horta	200x200 m ²												
Alface	25kg/ semana												
Chicória	25kg/ semana												
Almeirão	25kg/ semana												
Cheiro Verde	10kg/semana												
Cebola	70 kg/ano												
Couve	10kg/semana												
Chuchu	15kg/semana												

Abacate	X																			
Jabuticaba	+100kg/ano																			
Maracujá	(não sabe)																			
Tomate Cereja	2kg/semana																			
Jiló	5kg/semana																			
Abóbora	6kg/semana																			
Carambola	5kg/semana																			
Leite	30l/ dia																			
Banana	8kg/semana																			

	Mês de produção e colheita
	Mês de plantio

Fonte dos dados: Pesquisa de campo (nov/2016).
Organização: autores (2018).

As Cestas são de dois tipos: a grande, com cerca de 12 a 15 variedades de alimentos, aproximadamente 12kg de peso e são adquiridas pelo valor unitário de R\$50,00; e a pequena, compostas de 9 a 12 variedades de alimentos, aproximadamente 7kg, a um custo de R\$30,00. As Cestas são comercializadas quinzenalmente na UNESP/FCT⁴ (Figura 1), e a divulgação do projeto é feita em página de duas redes sociais⁴ na internet e através do telefone. A opção por vender dois tipos de cestas surge da necessidade de ampliar o número de parceiros consumidores, pois a possibilidade de vender cestas com um preço mais baixo poderia atingir aqueles que não têm condições para pagar a cesta inteira (sobretudo estudantes), ou aqueles que não consomem a quantidade de alimentos que compõem a cestas grande. Essa mudança ocorreu a partir de 22º mês de vendas, e que ainda não nos permite fazer uma avaliação deste resultado, mas a pesquisa de consumo feita para a implementação desta ideia demonstra que a tendência é que aumente o número de cestas comercializadas.

É importante destacar que o Projeto ainda pretende se tornar uma fonte de renda primária das famílias, já que não possui estrutura organizativa para isso, mas contribui no sentido de oferecer um complemento de renda a essas famílias, reaproveitando a produção dos alimentos na qual já se dedicam para a comercialização.

Há, ainda, um rebatimento social importante, que reforça as discussões sobre Soberania Alimentar e reforma agrária. Para cada cinco cestas comercializadas a associação destina uma para ação solidária, que é doada para alunos em situação de carência, instituições de assistência social do município de Presidente Prudente, servidores terceirizados da UNESP/FCT e outros sujeitos em situação de vulnerabilidade social, que compõem um banco de cadastro do projeto.

⁴Facebook: <https://www.facebook.com/raizesdopontal/> e Instagram: <https://www.instagram.com/raizesdopontal/>

Figura 1. Montagem das Cestas Agroecológicas para venda

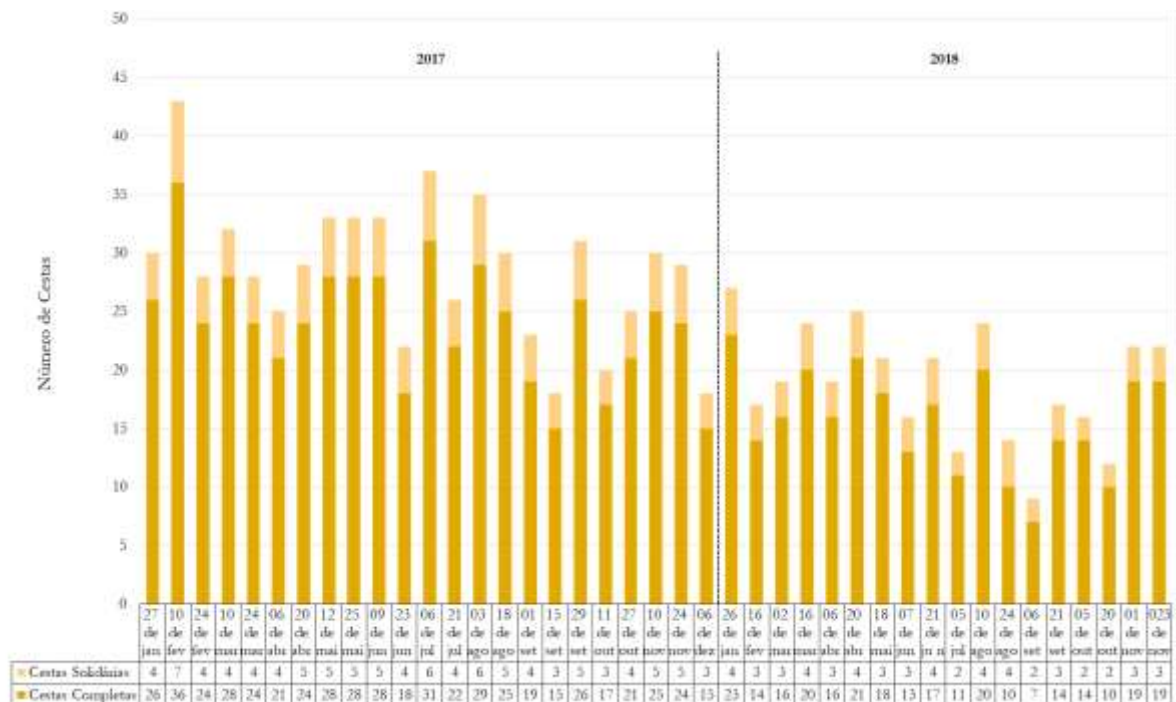


Fonte: DataCETAS (2018).

Além dos produtos da safra que compõem as cestas, são comercializados produtos alternativos, que não compõem o conjunto de alimentos da cesta, mas que podem ser adquiridos como produtos agregados. Os produtos alternativos que podem ser adquiridos são: frango caipira, ovo caipira, polpa de frutas, farinha de mandioca, queijo e outros.

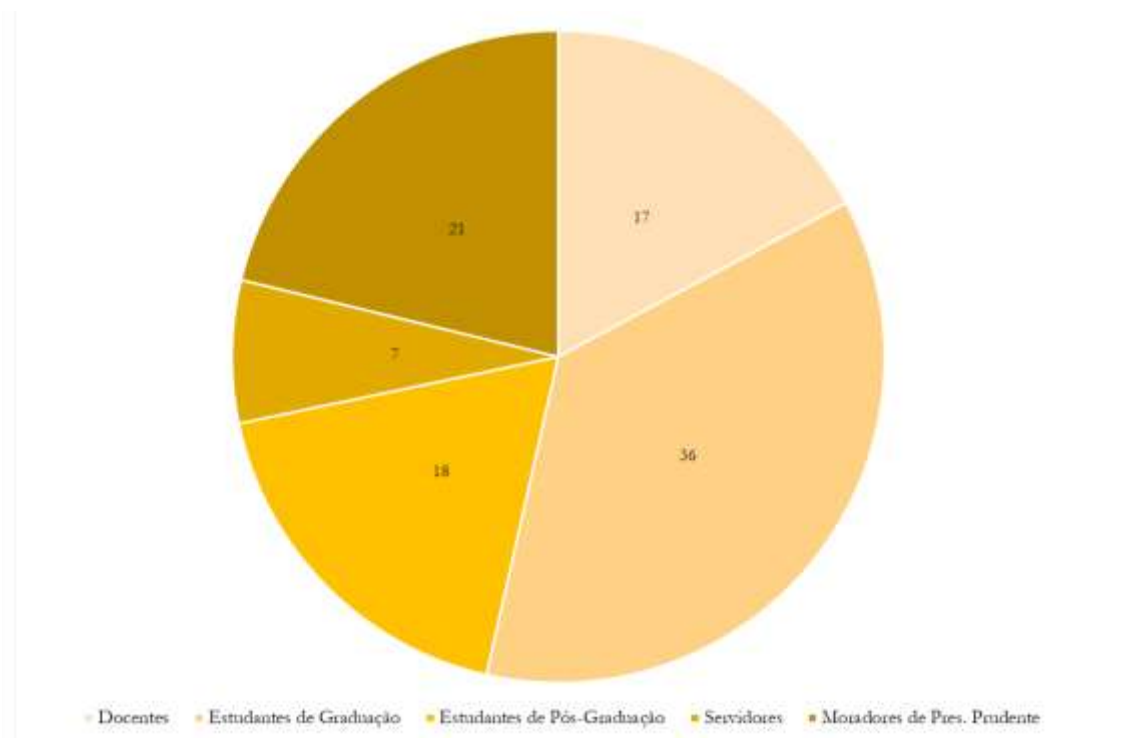
Os gráficos a seguir ilustram quantitativamente as informações referentes à comercialização das Cestas.

Gráfico 1. Quantidade de cestas comercializadas de 2017/2018



Fonte: DataCETAS (2018).
Organização: autores (2018).

Gráfico 2. Média de parceiros consumidores em categorias



Fonte: DataCETAS (2018).
Organização: autores (2018).

Como demonstram os dados, a média de cestas vendidas a cada entrega é de 26 cestas e cinco cestas solidárias. Desde o primeiro dia, foram vendidas 817 cestas, aproximadamente 8.170 kg de alimentos, gerando um total de R\$40.610,00 distribuídos entre as 15 famílias que participam do projeto. Em relação aos produtos alternativos, o valor das vendas acumulam R\$11.440. Portanto, a soma entre as duas vendas resulta em total de R\$52.050,00.

Os gráficos ainda demonstram uma dificuldade que o projeto tem encontrado para conciliar sua dinâmica de funcionamento com o calendário acadêmico da UNESP/FCT, visto que o quadro de parceiros consumidores ainda está muito limitado às pessoas vinculadas à Universidade. Por isso observamos que há uma queda no número de entregas durante os meses de férias, ou nas datas que coincidem com feriados prolongados. Outro aspecto importante é que na primeira entrega no mês há maior número de cestas vendidas, e na segunda é menor número, pode-se relacionar isso a data de recebimento de bolsas de estudos serem logo no início de cada mês, o que facilita o acesso aos estudantes.

Outros resultados já têm sido vislumbrados nesse processo, três deles nos chamam a atenção.

- Primeiro, o projeto conseguiu ampliar o seu funcionamento para além do ato de entrega das Cestas, e passou a organizar uma Feira Agroecológica durante o momento das entregas, (Figura 2) com as mesmas variedades (e outras) que compõem as Cestas, mas que podem ser adquiridas de forma avulsas. Isso tem possibilitado que as pessoas conheçam e se envolvem com o projeto de outra forma, e criar outra forma de divulgação. Além dos alimentos produzidos no assentamento Gleba XV de Novembro, a Feira também é composta por alimentos a vácuo ou pré-processado vindos de outras regiões por meio de cooperativas do MST, e também outros produtos como camisetas, bonés, artesanatos e outros.
- Segundo, por meio de parceria com o Coletivo de Arte e Cultura “Galpão da Lua”, que estão protagonizando a iniciativa de uma FERIA da Reforma Agrária mensal em um bairro periférico de Presidente Prudente.
- Terceiro, pelo desdobramento dessa organização houve uma iniciativa no Campus Experimental de Rosana, da UNESP, de levar a ideia de comercialização de Cestas Agroecológicas no município de Rosana. Esta iniciativa, mesmo em fase inicial, já tem demonstrado que podemos expandir nosso campo de atuação, levando o projeto para outros espaços. No caso do Rosana, algo que tem facilitado o trabalho do projeto é a proximidade com o assentamento, pois gera menor custo de deslocamento.

Figura 2. Feira Agroecológica da UNESP/FCT.



Fonte: DataCETAS (2018).

O desenvolvimento do projeto ainda tem nos possibilitado adentrar em outras discussões latentes. Chama-nos a atenção sobre o debate em torno da relação cidade e campo, que está para além da discussão de contiguidade espacial e da dicotomia das formas de organização socioespacial da cidade e do campo e da materialização do desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e políticas.

Para nós, prevalece o entendimento de que a relação cidade e campo está pautada pela dinâmica de classe da classe trabalhadora, ou seja, o sentido desta relação recai sobre os sujeitos que vivem do trabalho (tanto na cidade quanto no campo), que, a partir de suas experiências enquanto sujeitos e das trajetórias vividas, reconfiguram suas estratégias de vida e organização do trabalho, se organizando socioespacialmente de acordo com suas necessidades. Prevalece, ainda, a solidariedade de classe, que aproxima os trabalhadores do campo ao trabalhador da cidade por meio da produção e consumo de alimentos.

Alentejano (2003) nos ajuda a compreender que a base para a análise destas relações tem a terra como mediadora.

As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infraestrutura e das moradias. Assim, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, tem-se a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida (ALENTEJANO, 2003, p. 11).

Precisamos lembrar, ainda, que a produção de alimentos se configura como elemento importante para encontrar esta relação, uma vez que os povos do campo tem se dedicado historicamente no compromisso social da produção de alimentos. Como demonstram Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017) e ETC Group (2017), a população que vive do/no campo está responsável por grande parte da produção dos alimentos consumidos pela sociedade. A relatório produzido pelo ETC Group (2017), demonstra que

Los campesinos son los principales - y en ciertos casos los únicos - proveedores de alimentos para más del 70% de la población del mundo, y producen esta comida con menos del 25% de los recursos - agua, suelo, combustibles - empleados para llevar la totalidad de los alimentos a la mesa (ETC Group, 2017, p. 5).

AS DISCUSSÕES EM TORNO DA AGROECOLOGIA.

Um dos resultados significativos surgidos a partir do desenvolvimento do Projeto é o fortalecimento das discussões em torno da agroecologia. A proposta de comercializar cestas com alimentos agroecológicos tem surtido dois efeitos importantes. O primeiro deles é o incentivo da produção de alimentos dentro dos princípios da agroecologia, e o segundo é a socialização do conhecimento sobre agroecologia com os consumidores.

A agricultura tem sido controlada por estruturas políticas e econômicas e estas têm traduzido o que se apresenta como desenvolvimento para o campo (SEVILLA GUZMÁN, 2001; Mc. MICHAEL, 2016; PIÑEROS, 2016). Esse processo priva os camponeses de implementar práticas alternativas que desafiam esta estrutura. Assim, pensar a agroecologia apenas como um modelo que possibilite ruptura técnica, centrada no combate à agricultura prejudicial ao meio ambiente e que gera degradação ambiental, não nos permite entender este conceito de forma holística.

É neste sentido que Altieri (2010) aponta que:

O desenvolvimento da agricultura sustentável requererá mudanças estruturais significativas, além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura (ALTIERI, 2010, p. 29).

A reflexão do autor nos ajuda a entender a necessária vinculação entre a transição agroecológica e as organizações sociais camponesas. No Pontal do Paranapanema isso fica ainda mais evidente, já que temos acompanhado diversos espaços de discussão junto ao MST, e o que podemos afirmar é que o movimento vem apostando na agroecologia como uma proposta contra-hegemônica que se apresenta para frear o desmonte do sistema alimentar protagonizado pelos complexos agro-químico-alimentar-financeiros (THOMAZ JUNIOR, 2009).

As discussões que a agroecologia propõe envolvem questões sociais que perpassam as discussões de organização enquanto comunidade, buscando melhores condições de reprodução, passa também pela discussão de gênero, pois na agroecologia a produção dos

quintais, que em linhas gerais está sob os cuidados das mulheres, é considerada também parte do sistema produtivo, e não uma atividade avulsa com relação às outras áreas de produção do lote. Dessa forma, o esforço despendido pela mulher para cuidar destas atividades é considerado trabalho produtivo e não somente trabalho reprodutivo, e isso também está ligado ao preceito de trabalho de base familiar considerado pela agroecologia. Busca-se ainda, a autonomia e minimizar a dependência do consumo externo, levando o camponês a priorizar o abastecimento interno, bem como a dimensão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização (RABELLO, 2018).

A agroecologia não contribui apenas para a produção de um modo de vida menos prejudicial ao meio ambiente. Mais que isso, considera o camponês como protagonista na produção de alimentos saudáveis, sendo que o principal desafio é implementar a agricultura alternativa imersa num modelo de sociedade que se estrutura sob condições adversas para a produção de alimentos de qualidade. Nesta relação, o camponês aparece como sujeito detentor de sabedoria tradicional e procura valorizá-los enquanto fundamentais e intrínsecos aos fazeres dos povos tradicionais; saberes que são adquiridos historicamente, através do trabalho com a terra e que são passados de geração em geração.

Neste sentido, o projeto Cestas Agroecológicas “Raízes do Pontal” tem nos ajudado a alavancar o debate sobre agroecologia, isso, pois, permitido também pela proximidade dos movimentos sociais do campo como a Universidade, que juntamente com alguns grupos de pesquisa e parceiros têm sido os interlocutores destes assuntos no espaço acadêmico.

É importante destacar ainda, que a importância de buscar mercados alternativos para comercialização de alimentos protagonizada por famílias camponesas, e com dedicação à produção de alimentos agroecológicos, fortalece a economia de base camponesa e se apresenta enquanto contraponto aos projetos hegemônicos de produção de *commodities* e produção de alimentos convencionais e contaminados.

Fortalecer a economia camponesa está diretamente ligado aos processos de enfrentamento da economia de mercado, que dita formas e modelos de trabalho para as famílias camponesas. Esse fenômeno é bastante expressivo no específico do Pontal do Paranapanema, já que a falta de assistência por parte do Estado acaba forçando-os a duas opções: ou ceder aos fetiches do trabalho assalariado na agroindústria canavieira⁵, ou partirem para atividades produtivas que os subordinam ao capital⁶.

⁵ Cf. Thomaz Junior (2009); Barreto (2012); Rabello (2018).

⁶Vale destacar a atividade de produção de pepinos para conserva. Esta produção é desenvolvida nos assentamentos do Pontal do Paranapanema por meio da empresa Refricom, com sede em Bataguassu (MS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio posto é a superação do modelo de desenvolvimento pautado no *commoditização* da agricultura e na padronização da alimentação global. Debater a alimentação significa recolocar no debate os sujeitos que se responsabilizam pela produção de alimentos para a sociedade. A realidade nos mostra que, embora os sujeitos do campo estejam se dedicando a isso, ocupando mão-de-obra, racionalizando o uso dos recursos naturais, na contramão aparece o Estado suprimindo as poucas políticas públicas para o campesinato e inflando os apoios institucionais e financeiros para o desenvolvimento do agrohidronegócio.

Diante desse contexto, em que o Estado não chega até os assentamentos rurais com políticas públicas eficientes e suficientes, quali/quantitativamente, resta aos sujeitos do campo organizados no âmbito dos movimentos sociais, criar estratégias de trabalho para seguir protagonizando a função social do trabalho com a terra. Dentre estas estratégias, surge a necessidade de criar formas de comercialização dos alimentos, como a venda de Cestas Agroecológicas. Este debate deve ser realizado tendo como referência a Soberania Alimentar e a defesa da Reforma Agrária.

O projeto Cestas Agroecológicas “Raízes do Pontal” tem sido de grande importância para as famílias camponesas enquanto uma alternativa para permanecerem na terra a partir da agroecologia. Embora estas alternativas autônomas, fruto do vínculo entre os movimentos sociais e Universidade, neste caso específico, tenham gerado resultados significativos, isso não substitui a responsabilidade do Estado em suprir as demandas e necessidades sociais dos povos do campo. Através do diálogo e troca de saberes entre os camponeses e os sujeitos consumidores temos percebido o fortalecimento do conhecimento sobre a agroecologia e a Reforma Agrária, já que estes consumidores têm entendido que estão consumindo alimentos da agricultura camponesa produzidos nos assentamentos da região viabilizados pelo processo de luta pela terra.

Estamos partindo do entendimento teórico de que a agroecologia se trata de um projeto contra-modelo ao modelo de agricultura criado com a Revolução Verde, e adotado pelo Estado, que nos apresenta elementos para pensar a superação da monopolização da terra e a manutenção da grilagem e o processo de *commoditização* da agricultura, baseado no monocultivo e no uso intensivo de agrotóxicos.

Por fim, é necessário que a defesa das atividades de extensão seja feita. Este ramo

Esta atividade é um exemplo de um processo de subordinação intenso, se caracterizando por total desamparo da empresa para com as famílias (no caso das perdas e problemas no cultivo) e o uso indiscriminado de agrotóxicos. Cf. Negrão, Martins e Soares (2017).

de atuação nas Universidades tem sido um importante canal de atuação dos pesquisadores na sociedade, e meio pelo qual também se desenvolve pesquisas e os resultados chegam até os sujeitos. Mesmo com toda a função social que a extensão exerce, na tríade ensino-pesquisa-extensão, sempre é menos privilegiada. Aqueles que mantêm atividades de extensão no âmbito acadêmico com poucos recursos, defendem que a Universidade é um espaço de produção de conhecimento que deve ser aplicado socialmente.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 19, n.2, p. 25-39, 2003.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Ano 13, n.º, 16, Presidente Prudente, 2010, p. 22-32.

Banco de Dados do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde – **DataCETAS**, 2017.

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2012.

ETC Group. **Quien nos alimentara? La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial**. (Relatório). 2017. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/> acesso em: 13 de nov de 2018.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. 2017.

MCMICHAEL, P. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Territórios da Cidadania – Brasil**, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf> Acesso em: 12 de nov. de 2018.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SA, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 18, p. 7-77, 2018.

NEGRÃO, G. C. P.; MARTINS, M.; SOARES, G. C. S. O. **A subordinação do trabalho e da renda dos camponeses no Pontal do Paranapanema-SP: o caso da plantação de pepinos para conserva**. 2017 (mimeo).

Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET). **Dossiê – Base de Serviços do Assentamento Haroldina – Pé de Galinha**. 2017. Mimeo.

PIÑEROS, R. Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol.17, n.2, 2016, p. 251-268.

RABELLO, D. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia): Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 2009. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

Submetido em: janeiro de 2019

Aceito em: março de 2019